

A “MODERNIZAÇÃO”¹ DA AGRICULTURA E O ÊXODO RURAL EM FRANCISCO BELTRÃO/PR: RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM O PROCESSO DE NUCLEARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS 1960 – 1997

Carla Cattelan²

RESUMO: O presente texto é parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação³, e tem por objetivo analisar o processo de “modernização” da agricultura e o êxodo rural em Francisco Beltrão durante as décadas de 1960 a 1990 e as implicações para a nuclearização das escolas primárias rurais multisseriadas. A metodologia se assenta na análise de documentos atrelada aos referências teóricos. As primeiras análises apontam para um movimento de acompanhamento da escola rural multisseriada primária com o processo de êxodo rural. Característica que desencadeou no processo de nuclearização das escolas multisseriadas em centros unisseriados. Pois, ao mesmo tempo em que o homem se deslocou pelo território as escolas também seguiram o movimento e se localizaram nos aglomerados. Primeiramente da cidade para o campo (1930-1960) e posteriormente na década de 1970, do campo para a cidade.

Palavras-chave: nuclearização, escola rural, “modernização da agricultura”, êxodo rural.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o processo de “modernização” da agricultura e êxodo rural em Francisco Beltrão – PR entre as décadas de 1960 a 1990, e as implicações para o fechamento/mantimento das escolas rurais primárias do município. Processo do qual se caracteriza na nuclearização das escolas rurais, ou seja, a reunião das escolas multisseriadas e unidocentes em núcleos seriados.

¹ Para Fleischfresser a “modernização da agricultura tem sido um termo empregado na maioria dos estudos que têm por objetivo apreender as transformações ocorridas na agricultura brasileira, durante a última década. [...] o conceito de Modernização assume um caráter funcionalista, concebe as transformações agrícolas como uma passagem da agricultura tradicional (atrasada) para um estágio moderno (desenvolvido); processo este que seria inerente ao próprio desenvolvimento econômico. [...] as transformações agrícolas como consequências de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial” (1988, p. 11). O uso de “Modernização da Agricultura” entre aspas remete a um pensamento e marca criadas na época para retratar o processo ocorrido socialmente de mecanização da agricultura.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão - UNIOESTE. Professora colaboradora no Colegiado de Pedagogia da mesma instituição e professora pedagoga da SEED/PR. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR e GEPHIESC. E-mail: carla.cattelan@gmail.com

³Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Unioeste – Campus Francisco Beltrão, intitulada: “Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriadas” (2014).

Primeiramente serão apresentados dados demográficos populacionais do Paraná, da região Sudoeste e do município de Francisco Beltrão, que mostram a intensa migração populacional ocorrida entre as décadas de 1940 a 1960, e o aumento da população da área rural em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná. Este aumento populacional na área rural foi justificado pela grande migração sulista ocorrida nas décadas anteriores, movimento este, motivado pela política de “Marcha para o Oeste” e pela instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, na região sudoeste do Paraná. Em contraposição nas décadas posteriores, de 1970 e 1980, foi registrado um intenso êxodo rural ocasionado pela mudança no trabalho agrícola e a entrada do capital no campo, a “modernização” da agricultura, os créditos rurais dentre outros fatores, que foram discutidos no terceiro ponto.

Em seguida o trabalho analisa a organização da educação primária nas décadas de 1960 a 1980 com base na legislação vigente, estabelecendo conexões com a educação desenvolvida no município de Francisco Beltrão. Assim, o Decreto nº 365 de 1981 do executivo municipal de Francisco Beltrão, contribui para refletir a organização da educação e das escolas rurais multisseriadas no município de Francisco Beltrão. O que desencadeou na década posterior, no processo de nuclearização das escolas rurais.

O objetivo é refletir e levantar questões pertinentes, que estabeleçam a compreensão deste movimento dialético ocorrido no Sudoeste do Paraná, bem como no Município de Francisco Beltrão, quanto: as migrações populacionais, a apropriação da terra e do trabalho, e as ligações e impasses que tiveram nas escolas rurais daquele período.

PROCESSO DE “MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA” E EXÔDO RURAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

De 1940 a 1970 o município de Francisco Beltrão atraía uma forte demanda populacional, provinda de diferentes regiões do país, principalmente do sul. A maioria dos migrantes buscavam aquisição de terra para o trabalho agrícola. Este período foi marcado na região, pelo povoamento e assentamento das famílias feito pela Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, por meio da doação gratuita de lotes de terras, sementes, ferramentas acrescidas de orientação para o trabalho agrícola.

Mesmo com a expulsão das companhias imobiliárias⁴, os posseiros não estavam seguros quanto a propriedade da terra, necessitavam, portanto, da regulamentação fundiária. Esse trabalho foi desenvolvido pela Grupo Exeutivo de Terras do Paraná - GETSOP.

No final da década de 1960, os posseiros que já haviam recebido os títulos de suas terras, passaram a enfrentar outros problemas ligados a forma de como estabeleciam relações com a terra e o trabalho agrícola. A agricultura entrou em outra dinâmica de produção, transformando as relações de trabalho, com a entrada do capital comercial e, posteriormente industrial no campo. Segundo Mondardo,

[...] a década de 1970 marcou a crise territorial com o “fechamento” da fronteira colonial do Sudoeste paranaense pelo esgotamento das terras a serem ocupadas pelos migrantes gaúchos e catarinenses, pelo crescimento vegetativo da população que provoca o fracionamento excessivo das propriedades, pela valorização da terra e, fundamentalmente, devido ao avanço da “modernização da agricultura” no campo paranaense, expropriando, assim, muitos dos pequenos agricultores pelas mudanças implementadas: propostas e impostas (2009, p. 375).

Desde a década de 1960 se desenhava um modelo produtivo, que rapidamente cristalizou. Segundo Mondardo (2009) o padrão tradicional de ocupação, baseado na pequena propriedade de terra, implantados pelo Estado Novo, entrou em crise pelo aumento do fluxo de colonos. A organização territorial baseada na pequena propriedade de terra e na agricultura familiar se agravou ainda mais com o processo de “modernização da agricultura”.

Duarte (2003) ainda enfatizou, que as modificações se deram na agricultura empresarial e seletiva, incluindo quem era capaz de consumir os insumos industriais (máquinas, equipamentos, fertilizantes e venenos). Aos que não eram integrados ao mercado, estes eram “compesados” com uma política excludente e um tratamento marginalizado.

Francisco Beltrão teve significativa expansão agrícola, mesmo utilizando-se técnicas “rudimentares” de trabalho (como machado, plantadeiras manuais, foice, uso da tração animal etc). A entrada de tecnologia alterou profundamente o campo beltronense. Este avanço tecnológico só foi possível, mediante a aquisição de insumos e máquinas, pelo “sistema de crédito”⁵, feito e instituído para os agricultores.

⁴ Referência a Revolta dos Posseiros que aconteceu na região em 1957.

⁵ Segundo Mondardo o crédito envolveu os pequenos agricultores em um novo circuito da política financeira “[...] as condições de concessão de crédito mudam. O financiamento vinha acompanhado de um *Pacote tecnológico*, relacionados a critérios de rentabilidade, por exemplo, a limitação da utilização do crédito em determinada cultura (milho, soja, etc.), a obrigação de aquisição de sementes selecionadas, o emprego de insumos químicos, enfim, a

A política de sistema de crédito, foi estimulada pelo discurso de “Revolução Verde”, com o objetivo de intensificar a produção e comercialização agrícola. Em 1965, pela Lei nº 4.829, o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Crédito Agrícola (SNCR), a fim de financiar a agricultura por meio de bancos, como o do Brasil e os bancos privados.

Com o avanço da política de crédito rural e a “modernização da agricultura”, houve uma redução da população rural e o conseqüente aumento da população urbana em Francisco Beltrão, a partir da década de 1960. Isso pode ser explicado devido a instalação e o fortalecimento do comércio e de algumas indústrias na área urbana, como o Álbum Histórico apresentou, um panorama quantitativo até o final da década de 1960:

O jovem município de Francisco Beltrão possui: 1730 prédios (na sede), 4 hospitais, 7 farmácias, **249 estabelecimentos comerciais**, 85 bares, 3 livrarias, 2 tipografias, **17 indústrias (com mais de 5 operários)**, 8 restaurantes e churrascarias, 8 hotéis, 5 pensões, 2 padarias, 5 postos de gasolina, 22 oficinas mecânicas, 4 estabelecimentos bancários, 1 rádio difusão, 1 cinema, 1 sindicato [...] (BELTRÃO, Álbum Histórico, 1967. (grifos meus)).

A partir da década de 1980, outras indústrias se instalaram na região, conforme Mondardo (2009) destacou, como a Chapecó e posteriormente a Sadia. Os agricultores endividados pela “modernização da agricultura” foram para a área urbana e tornaram-se assalariados nas indústrias e comércio que estavam se desenvolvendo.

Os empréstimos pareciam se constituir soluções para os pequenos agricultores frente a “modernização da agricultura”, porém se constituíram em (grande) problema, impedindo a permanência do homem no campo, pelo endividamento. Os agricultores financiavam maquinárias e insumos nos bancos e acabavam por não conseguir pagá-los tendo que vender suas propriedades para quitar suas dívidas restando como única alternativa vender sua mão de obra na cidade como assalariado.

Com a “modernização da agricultura”, o tempo de trabalho agrícola para a produção foi reduzido, o que era feito anteriormente de forma braçal, agora era feito por máquinas e insumos em tempo mínimo. O homem que antes capinava retirando as ervas daninhas, agora esta era feito através de agrotóxicos que “protegem” a lavoura. Onde antes era usado a tração animal e arrada a terra manualmente, agora os tratores o faziam em menor tempo. A mão-de-

padronização e a disciplinarização da produção a partir de um modelo fortemente controlado. Esses *pacotes tecnológicos* são *centralizadores* e refletem uma mentalidade racional e *estranha* à do pequeno produtor e não lhe permite muitas vezes um diálogo com o financiador, ou seja, os pacotes tecnológicos foram, sobretudo, impostos aos pequenos agricultores” (2009, p. 380).

obra do agricultor na lavoura foi tornando-se dispensável a partir da introdução das máquinas e insumos.

As famílias eram numerosas e estavam acentadas em pequenos lotes de terra, não sendo adequado ao novo modo de trabalho com a terra. Até então, o agricultor vivia de uma agricultura familiar de subsistência. A mudança drástica na forma de trabalho, aliada a política de crédito rural, serviram de mecanismos ideológicos de mudanças na vida econômica e social dos agricultores. No entendimento de Santos:

A modernização da agricultura teve uma relação direta no processo de diminuição da população rural, constituindo-se este processo um dos responsáveis pelo êxodo rural. Entretanto, parte significativa da população migrante não permanece no Sudoeste do Paraná. Isso se constata pela colonização recente, em decorrência do processo de migração, na década de 1950 e através dos dados das décadas de 1970 e 1980 que já apontam para um crescimento negativo da população rural. Assim, parte dos migrantes oriundos, especialmente, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em poucas décadas são condicionados a migrar, primeiramente para algumas cidades da região, como Francisco Beltrão [...]. Posteriormente, sobretudo a partir dos anos 1980, muitas pessoas migram para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia (2008, p. 160-161).

Para Mondardo as novas bases da política agrícola tiveram impactos diretos na distribuição populacional de Francisco Beltrão. Sendo que a partir de 1970 houve uma redução de habitantes que residiam no campo, no município de “[...] Francisco Beltrão tinha 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivaliam a 41,99% da população total” (MONDARDO, 2009, p. 385). Dentro destas porções, Mondardo (2009) aponta para um movimento inverso relativo a população urbana que “[...] aumentou nesse período, passando de 36,44% em 1970, para 58,01% em 1980, apontando rapidamente uma inversão do lugar de residência beltronense” (MONDARDO, 2009, p. 385).

Com o êxodo rural, as pequenas comunidades rurais enfraqueceram e muitas até deixaram de existir. O pequeno agricultor não conseguiu pagar seus financiamentos e acabou por entregar sua propriedade ao banco, como forma de sanar a dívida adquirida. Com a saída do homem do campo, conseqüentemente as escolas rurais multisseriadas foram enfraquecendo, perdendo a demanda de alunos que antes existia, sendo fechadas ou nuclearizadas.

NUCLEARIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS EM FRANCISCO BELTRÃO – 1980 E 1990

Segundo Cattelan (2014) no final da década de 1940 a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, que havia se instalado de forma definitiva em vila Marrecas (atual Francisco Beltrão), passou a organizar as primeiras escolas primárias rurais na região. De forma a atender os filhos dos colonos, em idade escolar, na educação primeira. Desta forma, até o ano de 1957, a CANGO construiu e manteve 27 escolas primárias rurais, em sua maioria multisseriadas e unidoscentes. Com a elevação a Município em 1952, Francisco Beltrão paralelamente a Colônia, também organizou seu ideário educacional, construindo, até a década de 1950, 59 escolas.

O Decreto nº 365, promulgado no ano de 1981, permitiu oficializar a nomenclatura de 92 (noventa e duas) escolas rurais multisseriadas, reorganizando os registros escolares conforme a Deliberação nº 030/80 do Conselho Estadual de Educação. O mesmo ratificou os atos de criação de estabelecimentos escolares e suas respectivas denominações. De fato, reorganizou os registros escolares, oficializando os estabelecimentos escolares na rede municipal de ensino, conforme a legislação vigente. Não que antes as escolas não fossem vinculadas a este órgão administrativo, pois visivelmente desde a década de 1950, as escolas permaneceram mantidas pelo município, e poucos professores estadualizados, ou seja, seus salários pagos pelo Estado do Paraná. Cabe salientar, que ser professor Estadual, não mudava nada no trabalho a eles destinado no ensino primário municipal, mas ser professor do Estado garantia maior segurança aos professores, bem como o salário era maior que os municipalizados.

O quadro a seguir apresenta as 92 (noventa e duas) que compuseram o Decreto de nº 365 de 1981. Discriminadas são definitivamente legalizadas, quanto a sua organização e estrutura.

Quadro 1: Localização das escolas rurais e a data de sua respectiva fundação

ESCOLA RURAL	ANO DE INSTALAÇÃO:	LOCALIZAÇÃO
Anita Garibaldi	1972	Cabeceira do Rio Saltinho
Afonso Pena	1966	Cordilheira do Santa Rosa
Barão do Rio Branco	1960	Rio Saudade
Bento Gonçalves	1961	Linha Bom Princípio
Bento Munhoz da Rocha Neto	1962	Linha São Sebastião
Campos Sales	1967	Rio Ligação
Candido Portinari	1978	Barra do Santa Rosa
Carlos Chagas	1973	Km 11
Carlos Gomes	1964	Linha Soares
Casemiro de Abreu	1972	Pinheirinho

Casemiro Givulski	1970	Barra do Rio Tuna
Casper Libero	1962	Linha Bom Jesus
Castelo Branco	1962	Santa Rosa
Castro Alves	1962	Divisor
Cecília Meireles	1971	Fazendinha
Claudio Manoel da Costa	1963	Costa do Rio Herval
Clovis Bevilaqua	1965	Encruzilhada dos Coqueiros
Coelho Neto	1959	São Paulo
Delfim Moreira	1960	Linha Piedade
Di Cavalcanti	1968	Cabeceira do Rio do Mato
Dom Bosco	1967	Barra do Jacutinga
Dom Pedro I	1958	Barra do Cerne
Dom Pedro II	1963	Cabeceira do Rio do Mato
Duarte da Costa*	1952	Vila Guanabara
Emilio de Meneses	1972	Km 06
Érico Veríssimo	1976	Linha Volpato
Francisco Gutierrez Beltrão	1971	Km 23
Francisco Manoel da Silva	1959	Km 04
Gaspar de Lemos	1965	Volta Grande do Marrecas
General Eurico Gaspar Dutra	1968	Barra do Cerne
General Osório	1969	Linha Gaucha
Gregório de Matos	1962	Linha São Roque
Guilherme de Almeida	1963	Km8
Heitor Villa Lobos	1971	Volta do Jacaré
Henrique Dias	1954	Rio Quatorze
Henrique Engracio Noetzold	1977	Linha Fabrin
Infância Feliz	1971	Cabeceira do Rio Pedreirinho
João Azevedo	1967	Volta Alegre
João Fernandes Vieira	1963	Rio Serrinho
Jose de Alencar	1978	Rio Ligação
Jose Bonifacio	1963	Vargem Alegre
Jose Leandro Lopes	1978	Rio Gaiola
Julia da Costa	1959	Alto Jacutinga
Laudelino Mamede de lima	1977	Linha Triton
Lima Barreto	1962	Linha Piedade
Luiz Alves de Lima e Silva	1963	Rio Quibebe
Manoel Bandeira	1959	Rio Pedreiro
Manoel Ribas	1974	Rio Herval
Marcilio Dias	1963	Linha Quibebe
Mauricio de Nassau	1962	Planalto d'Oeste
Monteiro Lobato*	1952	Rio Ligação
Nossa Senhora Aparecida	1968	Linha União
Nossa Senhora do Carmo	1968	Barra Escondida
Nossa Senhora da Gloria	1957	Sede Galdino
Nossa Senhora do Guadalupe	1955	Linha Gaucha

Nunes Prestes	1964	Palmeirinha
Olavo Bilac	1965	Santa Barbara
Oswaldo Cruz	1966	Cabeceira do Rio Quatorze
Padre Antonio Tomazi	1960	Cabeceira do Rio Quatorze
Padre Jose de Anchieta	1963	Água Vermelha
Paulo Afonso	1961	Barra Bonita
Paulo Setúbal	1962	Barra Bonita
Pedro Calmon	1963	Volta Grande do Santana
Pedro Granzotto	1955	Nova Secção
Pero Lopes de Souza	1955	Linha Liston
Pero Vaz de Caminha	1966	Linha Piracema
Presidente Kennedy	1971	Linha Jandira
Princesa Isabel	1965	Linha Calegari
Quatorze de Dezembro	1969	Encruzilhada do Artuzo
Quintino Bocaiuva	1963	Rio Pedreirinho
Rocha Pombo	1954	Secção São Miguel
Rui Barbosa	1968	Rio Saltinho
Salgado Filho	1973	Cabeceira do Rio Tuna
Santa Lucia	1966	Serra Bonita
Santa Luzia	1967	Rio Macaco
Santa Rita de Cássia	1968	Santo Isidoro
Santa Tereza	1967	Linha Tome
Santo Antonio	1968	Bela Vista
Santos Dumont	1962	São Marcos
São Braz	1965	Linha São Braz
São Francisco	1966	Lageado Grande
São Pedro	1953	Rio do Mato
Souza Naves	1962	Secção Progresso
São Roque	1978	Linha Rama
Tiradentes	1956	Rio Guarapuava
Tome de Souza	1965	Linha Flores
Valdomiro Domingos flores	1976	Linha Hobold
Vasco da Gama	1958	Km 26
Vereador Romeu Lauro Werlang	1968	Linha Formiga
Visconde de Mauá	1969	Cabeceira do Rio do Mato
Vitor Meireles	1974	Alto Boa Vista
Wenceslau Braz	1954	Linha Boa Vista

Fonte: FRANCISCO BELTRÃO, Decreto n° 365, 1981.

*As escolas rurais mais antigas que constam nos registros.

Estas escolas foram criadas entre as décadas de 1950, 1960 e 1970 e sobreviveram até a data do Decreto. Muitas outras escolas foram criadas nestas décadas, porém acabaram sendo fechadas no decorrer do tempo, por inúmeros motivos que não foram suscitados. As 92 (noventa e duas) escolas apresentadas no quadro 1 sobreviveram até 1981.

Das 92 (noventa e duas) escolas que foram devidamente normatizadas em 1981, pelo decreto nº 365, a partir de 1997, somente 15 (quinze) escolas rurais permaneceram abertas. São as apresentadas no quadro abaixo.

Quadro nº 2: Escolas Rurais em 1997

Escolas

E.R.M Carlos Gomes
E.R.M Cásper Libero
E.R.M Francisco Manuel da Silva
E.R.M Guilherme de Almeida
E.R.M Herique Dias
E.R.M José Miszewski
E.R.M Júlia da Costa
E.R.M Lima Barreto
E.R.M Irmão Cirilo
E.R.M Mauricio Nassau
E.R.M Olavo Bilac
E.R.M Osvaldo Cruz
E.R.M Padre Antônio Tomazzi
E.R.M Souza Naves

Fonte: FRANCISCO BELTRÃO, Relatório 10 de Dezembro de 1997.

Talvez um dos motivos que tenha levado ao Decreto número 365, fosse o compromisso efetivado pela legislação e políticas da época, somente firmadas no município após este Decreto. A municipalização das escolas rurais foi visível a partir da década de 1980 em Francisco Beltrão. Visto a partir deste Decreto, a realidade escolar definitivamente foi “controlada” e organizada. E um novo ato, mediante a administração e a Secretaria de Educação, foi tomado: Nuclearizar as escolas rurais multisseriadas a centros unisseriados.

CONSIDERAÇÕES

O processo de êxodo rural ocorrido no Sudoeste do Paraná influenciou significativamente na organização da escola primária rural. Principalmente no que se refere a mudança de uma escola multisseriada unidocente para uma escola seriada e multidocente. Este fator impactou não só o Sudoeste do Paraná, mas foi observado em todo o Brasil.

A escola rural multisseriada teve um longo processo de desenvolvimento e expansão a nível nacional, sobretudo no Sudoeste do Paraná, com a CANGO e posteriormente com o auxílio do município, acarretando na construção de mais de 90 escolas. Na década de 1980, pelo Decreto número 365, normatizou-se a nomenclatura, para municipal, de 92 escolas rurais que estavam localizadas nas diversas comunidades localizadas no município. Após esta

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

normatização municipal, devido a grande quantidade de escolas, o extenso território do município e baixa frequência de crianças nas escolas, o município, a fim de reduzir gastos, fechou as escolas, organizou transporte e nuclearizou os alunos em centros unisseriados para o atendimento educacional primário.

A nível econômico, era mais viável manter um transporte escolar, do que manter pequenas escolas multisseriadas. A escola passou a ser distante da realidade do aluno (em quilômetros e da própria cultura e valores), o percurso com o transporte escolar tornou-se exaustivo, além das escolas seriadas comportarem turmas lotadas. A realidade da escola multisseriada era diferente da escola seriada. Ao poucos a saída do homem do campo tornou-se frequente, e conseqüentemente houve um esvaziamento, em termo quantitativo, dos sujeitos que compunham a escola, sendo muitas fechadas e nuclearizadas. O que também acarretou em um esvaziamento de políticas públicas voltadas a educação do homem do campo.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Francisco. **Relação de Escolas rurais municipais de Francisco Beltrão**. Secretária Municipal de Educação. Francisco Beltrão, 10 de dezembro de 1997.

_____. Decreto nº 365 de 27 de outubro de 1981. **Ratifica os atos de criação de estabelecimentos escolares e sua respectiva denominação**. Francisco Beltrão, 1981.

_____. **Álbum histórico: 1951 a 1967**. Pato Branco: Gráfica Razão, 1967.

CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriadas**. Francisco Beltrão-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014. (Dissertação de Mestrado em Educação).

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Editora Chain. Curitiba, 1988.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão – Paraná**. (Dissertação de Mestrado). Dourados, Mato Grosso do Sul, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.